

O cru e o cozido

FERNANDO PEDREIRA *

Há pessoas que bebem leite cru; mas, para fazer isso, é preciso ter grande confiança na vaca. Tal coisa acontece, por exemplo, na Normandia, ao norte de Paris, região onde o leite cru é consumido numa variedade de queijos, entre os quais os célebres Camembert e Pont l'Eveque, nome, aliás, este último, de uma pequena e adorável cidadezinha. Na grande maioria das casas de família, entretanto (assim era, ao menos, em Copacabana, nos meus tempos de menino), ferve-se o leite antes de bebê-lo. E é exatamente isso o que o governo Fernando Henrique está hoje fazendo com o Brasil.

Fernando, como é do seu estilo, usa fogo brando e permanece de olho na panela para evitar que a fervura faça o leite derramar. Ele é homem paciente e parece ter aprendido muito cedo que não se deve servir às pessoas (ou aos países) acepipes malcozidos ou crus. E a verdade é que os pratos que o governo está hoje preparando são daqueles tidos como indigestos — e podem mesmo revelar-se indigeríveis ou incomíveis, se não forem cozidos com os cuidados devidos.

A fervura lenta do governo irrita a imprensa, sedenta de manchetes e novidades, e desorienta até mesmo columnistas competentes, nos melhores jornais. As opções são, entretanto, claras e simples e, diante delas, só podem duvidar os que estão com os olhos tapados pelo despeito, pela burrice, pela cegueira ideológica ou pelo interesse pecuniário contrariado. Ou por uma mistura de todos ou de alguns desses fatores, como é o caso do Delfim (o mais novo "amigo da onça") e da CUT, do PT e do Lula.

Quais são as opções? O salário mínimo é vil e a Previdência está falida. Para recuperar o salário (sem emitir) e melhorar os serviços e benefícios em geral, não há como não começar por uma reforma profunda na Previdência. É preciso achar, com urgência, os meios de fazer a reforma. Quem pode ser contra, a não ser por ignorância tapada ou má-fé?

As estatais tornaram-se um imenso e bilionário transtorno nas costas do Erário público. É preciso privatizá-las ou, quando menos, "flexibilizar" seus monopólios, expô-las à concorrência. O exemplo de Volta Redonda mostrou que se pode fazer isso com evidente benefício para a empresa, para o público e para a própria corporação de empregados. Por que então, como a CUT e o Lula, insistir na intocabilidade de velhos preconceitos e privilégios, que hoje agridem o interesse público?

As opções são claras e não é preciso admirar os méritos acadêmicos do presidente, ou gostar do seu estilo, digamos, um tanto soberbo (objeto de uma excelente coluna do Franklin Martins) para tomar posição diante delas. Fernando acha — e esta crença talvez tenha nele, até, um componente místico — que, desde que continue a fazer o que está certo, não lhe faltará o apoio de que precisa. E o fato é que sua carreira, nos dois últimos anos, tem mostrado essa curiosa característica: a opinião pública confia nele *mesmo antes* que ele acerte, mesmo quando (como nos longos meses de preparação do real) parece hesitar e procurar um caminho. Afinal, ele é o melhor que temos — a não ser que se prefira o ACM, que parece mais brabo e mais decidido...

O diretor do Ibope (e do Botafogo) Carlos Augusto Montenegro, se mostra mais realista e mais chegado aos números: acha ele que o presidente pode se indispor com todo o mundo, menos com o real. Em outras palavras: enquanto mantiver a estabilidade da moeda, enquanto puder garantir o valor do real (e do salário), Fernando Henrique não tem o que temer. E este é, aliás o sentido único das reformas: tornar *permanentes* as bases da estabilidade; dar aos próximos governos o que o Fernando hoje não tem (e só sustenta no muque e na paciência): os meios de tocar a administração sem tocar a guitarra inflacionária.

A escolha, pois, parece óbvia e até patriótica. Como explicar, então, que tantos *patriotas*, setores ainda que minoritários das chamadas elites pátrias, não só à esquerda mas também à direita, se atirem com tanta fúria às canelas do governo, na esperança de interromper sua marcha ou, quem sabe, de atirá-lo ao chão com todas as suas boas intenções? Não querem as reformas? Querem a inflação de volta?

Acho, até, que não. A grande maioria desses opositores (exceção feita, é claro, do Delfim) na verdade não sabe o que quer; sabe o que não quer. Não quer esse presidente, supostamente socialdemocrata, que substituiu a indignação e a revolta da esquerda pelo bom senso e pela boa razão administrativa, e tomou para si ("espertamente", "ilegitimamente") o apoio do povo e do país, que era deles, ou que eles supunham deles...

Modus in rebus, estamos hoje numa situação parecida com a da França, em 1959. De Gaulle assumiu o poder num país dividido e em profunda crise. Era um herói de guerra com enorme prestígio entre militares e civis, e da sua presença e do seu êxito, do êxito de suas reformas, dependia a salvação do país. Ainda assim, teve que enfrentar a feroz oposição, não só da extrema direita nacionalista, mas da esquerda, dos intelectuais de esquerda, dos socialistas e comunistas, que não o engoliram nunca e o combateram até o fim. Até a tumba.

Assim engatinha a humanidade. Fernando Henrique, com certeza, não é nenhum De Gaulle, salvador da pátria, nem a situação do Brasil é hoje tão grave quanto era a da França, há 40 anos. Somos mais modestos; somos pedestres. Fernando queria ser primeiro-ministro de uma república parlamentarista, e não presidente e líder carismático do povo. Mas o quadro geral é parecido.

O presidente tem o povo a seu lado. Terá também o Congresso, na medida em que possa fazer a opinião pública aceitar suas indispensáveis reformas. Mas não deve iludir-se. Vai governar contra a má vontade, a má-fé (e até o inconfessado ódio) dos nacionalistas e da nossa sempiterna esquerda (petistas e companhia), bem mais retrógrada e ignorante que a francesa, embora talvez menos poderosa e aguerrida... Uma gente que queria comer o Brasil apimentado e cru, como um bife tartaro.

E perdeu a vez.